

**LEIA AINDA  
NESTA EDIÇÃO****APROPUC recebe  
mais uma reitorável****\*  
Consun continua  
discussão sobre  
crise da PUC****GREVE**

## Justiça do Trabalho faz proposta de conciliação

Na última sexta-feira, 2/7, a juíza Vânia Paranhos, analisando os argumentos apresentados pela AFAPUC e pela Reitoria, fez uma proposta alternativa para a recomposição salarial dos trabalhadores da PUC.

A proposta, que reproduzimos nesta página, prevê a concessão do ICV-Dieese a partir de março/2004.

A juíza pediu ainda que os funcionários continuem usando do bom senso que vem sendo demonstrado e reabram, com 50% de trabalhadores, o Setal, Expediente da Vracom e as secretarias acadêmicas, logo após a assembléia desta segunda-feira.

A juíza Vânia Paranhos afirmou que, num momento em que várias tarifas públicas sofrem alterações, a proposta da PUC de repor as perdas salariais somente em 2006 é inédita.

Os funcionários discutirão a proposta em sua assembléia de segunda-feira, 5/7, e uma nova audiência está marcada para terça-feira, às 13h30. Caso não haja acordo entre as partes, na quarta-feira a questão irá para julgamento final.

### A proposta da Justiça do Trabalho

1 - Reajuste salarial de 6,36% concedido a partir de março de 2004 nas seguintes condições:

a) Será concedido pelos empregados um desconto total de 10,08% no valor anual que resultaria da aplicação do reajuste acima. Esse desconto justifica-se pela diferença entre os 6,36% concedidos a partir de março no item 1 superar em 3,36% o reajuste concedido para o restante da categoria profissional nos meses de março a maio de 2004 ( $3 \times 3,36\% = 10,08\%$ ). Esse desconto será dividido em 08 parcelas iguais de 1,26% aplicadas nos salários de junho a dezembro de 2004 (inclusive 13º);

b) O reajuste de 6,36% será concedido em 02 parcelas cumulativas iguais de 3,13%, sendo a primeira parcela aplicada em 1º de junho de 2004 e a segunda em 1º de janeiro de 2005;

c) Por conta do desconto mencionado do item "a", a Suscitada pagará, de junho a dezembro de 2004 (inclusive 13º), um reajuste salarial líquido de 2%;

d) As diferenças restantes, ou seja, 6,36% entre março e maio de 2004 e 3,13% entre junho e dezembro de 2004 (inclusive 13º) serão pagas em 03 parcelas iguais no primeiro semestre de 2005, devendo a primeira parcela ser paga em fevereiro de 2005;

e) O reajuste de 2% a ser aplicado no salário de junho de 2004 na forma do item "c" será pago juntamente com o salário de julho de 2004;

f) Todos os índices de reajustes salariais acima mencionados têm como base de aplicação os salários praticados em fevereiro de 2004, aplicado o precedente nº 24 deste Regional

g) As diferenças serão pagas sempre reajustadas pelo ICV-Dieese.

Na segunda-feira, 28/6, os candidatos à Reitoria Maura Vêras e Dirceu de Mello reuniram-se com a AFAPUC, que pediu uma mediação dos professores no diálogo com a Reitoria. A professora Aldaíza Sposati, embora não tendo comparecido à reunião, dispôs-se também a colaborar com a discussão. Os candidatos

sensibilizaram-se com os argumentos da associação e pediram uma audiência entre os três e a Reitoria para discutir a situação. O pedido não foi aceito pelo professor Antonio Carlos Ronca, que informou ao professor Dirceu de Mello que a solução do problema compete somente à atual gestão.

## Autodeterminação do Iraque

À resistência armada de milícias iraquianas à ocupação militar norte-americana tem chamado a atenção mundial pelo fato de expor a política expansionista do imperialismo e por sua capacidade de confrontar a potência bélica.

A defesa do direito à autodeterminação do Iraque deve ser entendida como princípio democrático de nenhuma nação ou etnia dominar outra e oprimir povos. Dois fatos recentes reforçam o movimento pela retirada imediata das tropas invasoras: a constituição de um governo para o Iraque e o anúncio do processo de julgamento de Saddam Hussein e outros membros de seu regime. Ambos acontecimentos expressam a violação da autodeterminação.

O governo sob o comando de um primeiro ministro nomeado pelos EUA atesta a que ponto chegou a política do imperialismo. Mas o fundamental é que o governo Bush precisou formar urgentemente um governo de fachada iraquiana para implantar a Lei marcial contra as milícias.

Depois das denúncias de tortura aos prisioneiros iraquianos, a saída é criar uma fachada governamental para acobertar os EUA frente às atrocidades. Não por acaso, o primeiro ministro títere, Lyad Allawi, anunciou que, se a resistência continuar, terá de decretar a Lei marcial. O imperialismo invasor manobra com todos os meios para consolidar seu domínio.

Quanto à decisão de julgar Saddam Hussein em um tribunal iraquiano por genocídio e crimes contra a humanidade constitui uma farsa. As maiores violações e crimes têm sido praticados pelo imperialismo, tendo à frente, nos últimos tempos, os EUA. Isto sem levar em consideração a responsabilidade sobre a fome e miséria entre os povos saqueados pelo grande capital.

A manutenção do campo de concentração em Guantánamo demonstra o quanto os EUA desprezam a opinião internacional, inclusive as próprias leis do ordenamento mundial burguês. O que vale é seu poderio econômico e militar sobre todos os povos, incluindo as demais potências. Mas cresce, felizmente, a revolta das massas oprimidas, em toda parte, contra a opressão nacional e social.

A bandeira da autodeterminação só pode ser empunhada pelos trabalhadores e povos oprimidos. Fora os invasores do Iraque! Que os iraquianos decidam seu destino! Liberdade a todos os presos de guerra! Que seus povos os julguem soberanamente!

*Erson Martins,  
Diretor da Apropuc.*

## Comissões sobre crise voltam à pauta do Consun

Reunido na quarta-feira, 30/6, o Conselho Universitário voltou a abordar o trabalho das comissões formadas no fim do ano passado para analisar a crise da PUC.

O grupo que discutiu a ampliação das receitas da universidade via prestação de serviços e convênios, coordenado pela professora Mariângela Wanderley, apresentou seu relatório final, trazendo um diagnóstico e sugestões para potencializar as parcerias.

O principal problema apontado pela comissão foi a ausência de um política institucional para a área, o que acaba fazendo com que convênios e parcerias resultem estritamente da iniciativa de unidades isoladas ou de demandas externas. Sendo assim forma, a PUC não possui, atualmente, as condições ideais para o desenvolvimento dessas atividades, o que em última instância faz com que a universidade perca oportunidades de captar recursos alternativos.

A comissão que debateu a inserção nacional da PUC-SP, coordenada pela professora Madalena Peixoto, também finalizou seus trabalhos. O relatório escrito será apresentado em breve. A única comissão que não se concretizou foi a que tinha como tema os cursos de baixa procura, por problemas de disponibilidade dos membros. Os coordenadores de todos os grupos apresenta-

rão no próximo Consun um relatório único.

### Números

Na reunião, o reitor Antonio Carlos Ronca forneceu alguns dados numéricos sobre a crise da universidade. A inadimplência acumulada permanece na casa dos R\$ 12 milhões, e a dívida bancária em torno de R\$ 31 milhões. De acordo com Ronca, o presente ano teve dois meses com superávit de cerca de R\$ 400 mil, mas outros dois com déficit de R\$ 2,5 milhões.

O reitor também informou sobre as reformas no câmpus Monte Alegre. Em julho serão feitas obras nas escadas e elevadores do Prédio Novo, e o reforço na estrutura do Prédio Velho está previsto para setembro.

Foi aprovada por aclamação pelos conselheiros a concessão do título de professora emérita a Salma Tannus Muchail, do pós em Filosofia. Será marcada uma sessão solene do Consun para a outorga do título.

Além disso, uma série de concursos dentro do Departamento de Teologia e Ciências da Religião não foram votados por apresentarem diversas imprecisões em relação ao número de dias das inscrições e nas vagas.



**PUCviva** é uma publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.  
**Coordenação:** Valdir Mengardo. **Reportagem:** Leandro Divera e Flávia Gasi. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** [apropuc@sanet.com.br](mailto:apropuc@sanet.com.br). **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço da PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. Fone: 3670-8004. **Correia Eletrônico:** [pucviva.jornal@uol.com.br](mailto:pucviva.jornal@uol.com.br) - **PUCviva na Internet:** [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br).

# Continuam as reuniões entre APROPUC e reitoráveis

A diretoria da APROPUC reuniu-se na terça-feira, 29/6, com a professora Aldaíza Sposati, uma das candidatas à Reitoria nas eleições de agosto. A professora expôs suas propostas de gestão, chamadas de Plataforma 21, princípios a partir dos quais disputa o pleito.

Aldaíza retomou a sua principal bandeira de luta para o gerenciamento da universidade, a sustentabilidade econômica. A professora assinala que não existem, na atual proposta de gestão, os princípios que ela entende como inerentes a essa política: "a lógica da mensalidade não é a lógica da sustentabilidade; é a Plataforma 21 que introduz o conceito, na medida em que busca sair da sobrevivência imediata do nosso cotidiano", diz a professora.

Um dos eixos que permitiriam alcançar a sustentabilidade, de acordo com Aldaíza, reside no desenvolvimento de projetos conjuntos que interliguem as diversas áreas do saber, carreando para a universidade outros recursos além daqueles gerados pelas mensalidades. "Temos que construir propostas agressivas para sairmos da crise. Nosso saber tem que ter outras formas de chegar à sociedade", completa a candidata.

Dentro de uma proposta de gestão partilhada, Aldaíza identifica a necessidade de uma reforma administrativa em que pudessem ser analisados os mecanismos de progresso na carreira e reavaliação profissional dos funcionários.

O professor Luiz Carlos de Campos, diretor da APROPUC, apontou que a reforma acadêmico-administrativa criaria a necessidade de uma nova mudança nos estatutos, principalmente se forem incorporadas as pró-reitorias, figuras que ainda não existem na universidade. Aldaíza, porém, acredita que



A professora Aldaíza conversa com os diretores da APROPUC

suas reformas não provocariam mudanças estatutárias.

## Carta à comunidade

Outro ponto polêmico da reunião foi a discussão da *Carta à Comunidade*, lançada por alguns professores da PUC em 27/4 deste ano. Para os diretores da APROPUC, o documento continha uma série de afirmações que contestavam a luta dos trabalhadores da universidade.

Aldaíza afirmou que, embora tenha colocado sua assinatura no documento, não foi uma das proponentes do mesmo. A professora alegou que assinou a carta por entender que ali estavam expressas preocupações pertinentes com relação à crise pela qual passa a universidade. "A carta foi assinada por pessoas de extrema respeitabilidade dentro da PUC, e não entendo que ali houve uma crítica contra a APROPUC ou a AFAPUC, mas simplesmente uma crítica contra demandas exclusivamente corporativistas", disse Aldaíza.

Para Erson Martins, diretor da entidade dos professores, a APROPUC, durante os últimos meses, tem procurado entender a crise da universidade unicamente defendendo o salário dos docentes. "A

APROPUC não pode, de forma alguma, ser responsabilizada pela instabilidade da instituição", diz o diretor. A professora Bia Abramides, também diretora da associação, alertou para o conteúdo conservador da carta, que caminha no sentido contrário ao que tem sido historicamente defendido pela comunidade puquiana.

Outra preocupação levantada pelos presentes foi com relação a uma possível aposentadoria compulsória para professores e funcionários com mais de 70 anos. Aldaíza negou que tal proposta fizesse parte de seu programa, afirmando, porém, que a universidade deverá procurar atividades dignas para estas pessoas, que não sejam exclusivamente em salas de aula.

## Debates

Os candidatos Dirceu de Mello (Direito) e Maura Vêras (Ciências Sociais) participaram junto com a professora Aldaíza do segundo debate da campanha, realizado na Deric na quinta-feira, 1/7. Além do debate programado pelas associações e CAs, ainda haverá mais quatro organizados pela Comissão Central Eleitoral em agosto.

No mesmo mês, será lançado um número especial do *PUCviva* sobre a sucessão na Reitoria.

# Corpo a corpo, cara a cara, olho no olho

*cidadão Jorge Claudio Ribeiro*

A essas alturas, ou você está de férias, ou está em greve. Assim, não tenho grandes esperanças em ser lido, mas não custa lançar garrafas ao mar – quem sabe, elas chegam a alguma praia.

Na verdade, escrevo sobretudo a vocês, (em ordem alfabética...) Aldaíza, Dirceu e Maura, e a suas equipes. Dirijo-me também à Reitoria e ao corpo docente. O fato é o seguinte: a maioria absoluta dos estudantes desta PUC-SP ainda não votou para reitor(a) e possivelmente sequer suspeita da serventia dessa eleição. Aliás, boa parte deles nunca votou na vida, pra nada. “Estamos perdidos: Quando foi que isso começou? A gente vota? Qual é a dos candidatos?”, são questões que ouço com preocupante frequência, às vezes até de colegas.

Dentro de uma postura calculista, os setores mais “rentáveis” são os funcionários e os professores: quanto menos numeroso um segmento, tanto mais peso individual cada um de seus integrantes terá, já que cada parcela corresponde a 1/3 do colégio eleitoral. Mas, dentro de uma lógica pedagógica, a massa estudantil – justamente aquela cuja ficha mais

tem demorado a cair – é a mais importante, visto que esta instituição pretende educar seus jovens para a democracia, para a cidadania.

Claro que a atual campanha representa enorme ganho. Apresentaram-se três postulantes da melhor qualidade: ele e elas têm condições de sobra para assumir o cargo mais importante nesta universidade. O próximo desafio é levar essa boa novidade à maioria. E isso enquanto é tempo, pois em julho a comunidade se desmobiliza e, descontada a primeira semana de agosto em que a turma ainda está se espreguiçando, a campanha anterior aos dias de votação se reduzirá a reles oito dias (incluídos dois fins de semana). A democracia na PUC-SP é uma conquista importante demais para prazo tão restrito; esta universidade merece proclamar-se democrática se seus estudantes forem deixados de lado?

Estive na apresentação das candidaturas no TUCA, a que compareceram cerca de 600 pessoas. Que percentual estas representam do total de possíveis votantes: 2%? 3%? OK, foi um bom aperitivo. Mas onde estão os suculentos debates, a agitação do caldo de cultura, o tempero das promessas, a pimenta da marca-

ção de diferenças (ou semelhanças) com o que está aí? Prezados candidatos, o banquete da democracia exige que se entre no corpo a corpo com os jovens para ouvi-los cara a cara em suas preocupações e dizer-lhes olho no olho o que se pretende.

Concomitante à luta pelos votos, urge que se agite uma campanha pelo pleito-em-si. Nesse ponto a Reitoria dará inestimável contribuição se mobilizar todo seu potencial de divulgação. Isso já aconteceu em outras ocasiões, menores. Não era o caso de se enviar correspondência pelo correio e pela Internet, e de pautar nossa mídia (programas especiais nas redes de TV, edições extras nos jornais e murais) para estimular pedagogicamente a reflexão e participação? E quanto a nós, professores: não seria o caso de programarmos uma, uma aulinha que seja, acerca dessa grande lição? A parte de cada um, mesmo que humilde, é fundamental porque se insere num grandioso momento.

*Jorge Claudio Ribeiro é professor do Departamento de Teologia e Ciências da Religião*

Os artigos publicados nesta seção são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Espaço disponível: máximo de 30 linhas, ou 2300 caracteres em fonte 12.

# A resposta dos funcionários

Com base na carta de V. S<sup>a</sup>, datada de 25/6, entendemos que todas as atividades que envolvem o quadro administrativo da universidade são imprescindíveis e essenciais para o andamento da instituição.

Diferentemente do que diz a referida carta, a afirmação de que o movimento de greve está agravando a situação econômico-financeira da PUC constitui uma inverdade, uma vez que até o presente momento temos cerca de 30% dos funcionários em atividade.

A categoria dos funcionários, desde o início da campanha salarial, sempre se manifestou preocupada com a crise econômico-financeira que vive a instituição.

É sabido que desde fevereiro deste ano os funcionários, reunidos em assembléia, discutiram e apresentaram uma pauta de reivindicações à Reitoria, em que um dos princípios colocados foi o pagamento da recomposição salarial até o mês de novembro de 2004.

Nos encontros com a Reitoria, não nos foi apresentada nenhuma possibilidade de negociação que representasse um avanço significativo em direção àquilo que reivindicávamos. Deixamos claro que não seria possível adiar as negociações e nem tampouco ter os salários recompostos no ano de 2006.

Na busca de uma saída diante do impasse colocado, e na tentativa de uma negociação interna e do dissídio coletivo de natureza econômica, mesmo no aguardo do andamento do

processo na Justiça no Trabalho e devido à necessidade do fôlego financeiro (palavras do reitor) para a próxima gestão, propusemos um encontro entre a atual Reitoria e os três candidatos ao cargo.

De acordo com um deles, o reitor desaprovou o encontro referido acima, sob a alegação de que esse problema compete à atual gestão.

A categoria dos funcionários, consciente da atual situação, e compromissada com a instituição, não quer agravar a crise econômica financeira. Deflagrar a greve foi o único recurso que nos coube em resposta ao posicionamento dessa Reitoria, que desrespeita os funcionários da casa, estendendo uma recomposição de 6.38% para o fim de 2006, quando os atuais gestores não estarão mais respondendo pela instituição. Para os funcionários, isso representa um arrocho salarial, jamais vivido em nossa história de luta.

Portanto, os funcionários, reunidos em Assembléia Geral no dia 29/6, reiteraram e deliberaram pela manutenção do princípio da data base da categoria, e pela recomposição salarial no ano de 2004.

Com o respeito de sempre.

Atenciosamente,

*Anselmo Antonio da Silva*  
Presidente da AFAPUC

## ASSEMBLÉIA DOS FUNCIONÁRIOS

### CAMPANHA SALARIAL

5/6 - segunda-feira - sala 239 - 14h

# Rola na rampa

## Jornalistas da PUC disputam eleição na Fenaj

Dois jornalistas e professores da PUC, José Arbex Júnior e Hamilton Octavio de Souza, são membros da chapa de oposição que disputa nesta semana a eleição para a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). A chapa "Uma Outra Fenaj é Possível" tem 37 componentes, de 14 estados e do Distrito Federal. Hamilton integra o setor de Saúde e Previdência, enquanto Arbex ficou como presi-

dente de honra depois de sofrer veto político na comissão eleitoral. Entre as principais propostas do grupo está o combate à desinformação generalizada, ao monopólio nacional de famílias e ao coronelismo na comunicação, trabalhando em favor de rádios, emissoras de TV e veículos impressos comunitários como forma de criar empregos. A votação acontece entre os dias 6 e 8 de julho.

## Encontro em defesa do Ministério Público

Cinco militantes políticos e intelectuais estão organizando uma reunião para discutir a função do Ministério Público no Brasil e elaborar ações para defender o órgão de possíveis limitações em sua atuação, vista pelo grupo como essencial ao desenvolvimento de nossa democracia. O MP teve, com a Constituição de 1988, a garantia de autonomia no combate à corrupção e na defesa dos direitos do cidadão. Participam do movimento Roberto Romano, (Uni-

camp), Urbano Ruiz (membro do Conselho Administrativo da Associação Juizes para a Democracia), Milton Temer (ex-deputado federal e vice-presidente da Associação Brasileira de Imprensa), Bruno José Daniel Filho (representando a família do ex-prefeito de Santo André e ex-professor da PUC Celso Daniel), e Cid Benjamin (jornalista e professor). O encontro acontece nesta segunda-feira, 5/7, às 19h, no Tuca-rena, e é aberto à participação de todos.

## Revista PUCviva requisitada em bibliotecas

A redação da Revista *PUCviva*, que voltou a ser publicada neste trimestre, recebeu há alguns dias uma solicitação da Secretaria Municipal da Educação de Guarulhos, para que alguns exemplares sejam disponibilizados para as bibliotecas do município. No comunicado, a assessora Mitsuko Antunes (também professora do pós em Psicologia da Educação na PUC) considera a publicação como "um importante veículo de debate e dis-

cussão sobre questões nacionais e internacionais, de um ponto de vista sempre crítico". O tema principal da edição mais recente é o domínio imperialista, tratado em suas facetas econômicas, geopolíticas, sócio-ambientais e midiáticas. Assuntos como os 40 anos do golpe militar, política educacional e cultura também são abordados. Na próxima edição, o tema é a Crise na Educação Brasileira. Informações: 3670-8209.

## Sindicância contra alunos volta ao Consun em agosto

A comissão formada dentro do Conselho Universitário para avaliar o recurso de 11 estudantes punidos com suspensão de 20 dias, depois de uma festa no Pátio da Cruz, vai apresentar seu parecer somente na sessão a ser realizada no fim de agosto. Os dois professores, dois funcio-

nários e um pós-graduando da comissão já realizaram diversas reuniões, e decidiram requisitar prorrogação de prazo. A punição levou um grupo de estudantes a ocupar as dependências da Reitoria em abril deste ano, sem que fosse, porém, obtido nenhum resultado concreto.

## Eventos comemoram independência de Cabo Verde

O aniversário de 29 anos da independência da República de Cabo Verde, proclamada em 5 de julho de 1975, será marcado por uma série de três dias de eventos com intensa participação da PUC-SP, começando nesta segunda-feira. A conferência de abertura terá a participação do ex-presidente do país, Aristides Pereira, e será seguida por um coquetel e um concerto do músico caboverdiano Mario Lúcio, no Teatro da Aliança Francesa (Rua General Jardim, 182).

Nos dois dias seguintes, seis mesas temáticas contarão com professores da PUC e diversos representantes do governo de Cabo Verde, entre outros, abordando temas como o desenvolvimento, a reforma do Estado, saúde pública, educação, economia e Direitos Humanos no país e no mundo. Todas as mesas acontecem no Tuca. A comemoração tem apoio do governo, da embaixada e do consulado de Cabo Verde, da PUC-SP e da Aliança Francesa.